



Pela Tomada de Medidas Urgentes para Combater o Aumento do Custo de Vida

A presente sessão desta Assembleia decorre numa altura em que se assiste a uma escalada exponencial do aumento do custo de vida. A inflação atingiu em Agosto 6,9% (valor mais alto desde finais de 1992) e, se contabilizarmos entre esse mês e Agosto de 2021, então aí o aumento foi de 9%. A medida recentemente aprovada pelo Governo de atribuir uma prestação única e isolada no valor de 125€ para trabalhadores que auferiram salários até 2.700€ não chega sequer para cobrir metade da perda do poder de compra do presente ano.

As dificuldades dos trabalhadores e do povo contrastam com os lucros que não param de crescer, desde ainda antes da epidemia da COVID-19. A título de exemplo, os lucros de algumas das maiores empresas a operar em Portugal, nos primeiros nove meses de 2021, em comparação com o ano de 2020 (em euros): Jerónimo Martins +324M, SONAE +158M, EDP +510M, Galp +327M, principais bancos +100M, NOS +30,5M, Altice Portugal +550,7M.

Já no primeiro semestre do presente ano os lucros dispararam: veja-se, por exemplo, que “Lucros do PSI disparam 86% no segundo trimestre à boleia da inflação”, como noticia o jornal ECO (4-08-2022). Já em Março deste ano o mesmo jornal noticiava que “Cotadas do PSI-20 pagam dividendos recorde. Entregam 71% dos lucros aos accionistas”.

A guerra na Ucrânia e as sanções que a acompanham servem de pretexto – tal como a epidemia da COVID-19 o foi - para o grande capital continuar a especular, aumentando constantemente os seus lucros enquanto a maioria dos trabalhadores e do povo vê o custo de vida a aumentar, com as consequências que daí decorrem.

É de registar que o próprio secretário-geral das Nações Unidas, no passado dia 3 de Agosto, instou os governos a taxarem os lucros excessivos das petrolíferas,

considerando “imoral que as empresas de petróleo e gás atinjam lucros incríveis através dos mais pobres, com custos maciços para o clima”. Apelou a todos os governos que tributem estes excessos e apoiem os mais vulneráveis.

É urgente a denúncia e o combate à inflação, à especulação e ao modelo de baixos salários actualmente em vigor em Portugal. A Assembleia Municipal de Lagoa não pode ficar indiferente e deve tomar uma posição clara sobre este flagelo, que acaba de colocar o nosso país na 8.^a posição na lista de países europeus com maior risco de pobreza ou exclusão social.

Pelo que a CDU propõe que a Assembleia Municipal de Lagoa reunida em 28 de Setembro de 2022, delibere instar o Governo a tomar medidas urgentes para combater estes problemas, nomeadamente:

1. Criar um imposto extraordinário sobre os lucros excessivos dos grupos económicos, de forma a distribuir a riqueza que em Portugal se produz de forma mais justa;
2. Combater o aumento do custo de vida, aumentando os salários e pensões de forma a repor o poder de compra absorvido pela inflação;
3. Fixar preços máximos de bens considerados essenciais, tais como electricidade, gás ou combustíveis;
4. Fixar tectos máximos para a actualização de rendas;
5. Dar conhecimento desta Deliberação ao Governo e à Comunicação Social.

Lagoa, 28 de setembro de 2022

CDU

Assembleia Municipal de Lagoa
